

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

CAMILA EMANUELE TONIOLO

**SERVIÇO SOCIAL, ARTE E CULTURA:
uma nova sociabilidade**

**Campinas
2020**

CAMILA EMANULE TONIOLO

**SERVIÇO SOCIAL, ARTE E CULTURA:
uma nova sociabilidade**

Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social
apresentado na Pontifícia Universidade Católica de
Campinas - PUCCAMP, como pré-requisito para
formação em Bacharel de Serviço Social.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Martha Coelho de Souza

Campinas

2020

CAMILA EMANUELE TONIOLO

**SERVIÇO SOCIAL, ARTE E CULTURA:
uma nova sociabilidade**

Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social
apresentado na Pontifícia Universidade Católica de
Campinas - PUCCAMP, como pré-requisito para
formação em Bacharel de Serviço Social.

Campinas-SP, aprovada em __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a Martha Coelho de Souza
(Orientadora PUCCAMP)

Prof.^a. Dr.^a Maria Virginia Righetti Fernandes Camilo
(Membro Interno PUCCAMP)

Ariane Tonon Soave Rodrigues
(Assistente Social - Membro Externo)

RESUMO

TONIOLO, Camila Emanuele. **SERVIÇO SOCIAL, ARTE E CULTURA: uma nova sociabilidade**. 2020.51f. Monografia (Graduação) – Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2020.

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo investigar a possibilidade das manifestações artístico-culturais na instrumentalidade do Serviço Social, pesquisando as manifestações artístico-culturais como mediadoras da prática pedagógica do Serviço Social e investigando o papel delas nas vivências dos usuários da política de Assistência Social. Aborda a conceituação das manifestações artístico-culturais, sua inserção na individualidade e sociabilidade, seus desdobramentos quando inseridos na ordem capitalista e sua relação com o Estado. Explora os perfis pedagógicos do Serviço Social e a aproximação com as manifestações artístico-culturais e finaliza com a análise dos dados coletados em pesquisa de campo embasada no referencial teórico levantado.

Palavras chave: Manifestações artístico-culturais; Serviço Social; prática pedagógica; transformação.

ABSTRACT

The objective of this completion of course work is to investigate the possibility of artistic-cultural manifestations in the Social Work's instrumentality, researching artistic-cultural manifestations as mediators of the Social Work's pedagogical practice and investigating their role in the experiences of users of social assistance policy. It addresses the conceptualization of artistic-cultural manifestations, their insertion in individuality and sociability, their deployments when inserted in the capitalist order and their relation with the State. It explores the pedagogical profiles of Social Work and the approximation with artistic-cultural manifestations and ends with the analysis of data collected in field research based on the theoretical reference raised.

Keywords: artistic-cultural manifestations; Social Work; pedagogical practice; transformation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. ARTE E CULTURA	9
1.1 Manifestações artístico-culturais.....	9
1.2 A individualidade e sociabilidade através da arte e cultura.....	9
1.2.1 Arte e cultura inseridas na sociabilidade capitalista.....	10
1.3 Estado e Cultura	13
1.3.1 Estado Brasileiro e Cultura	16
2. SERVIÇO SOCIAL, CULTURA E ARTE	19
2.1 Prática pedagógica do Serviço Social.....	19
2.2 Prática pedagógica emancipatória e manifestações artístico-culturais.....	23
3. UMA NOVA SOCIABILIDADE	26
3.1 Método de pesquisa.....	26
3.2 Perfil dos participantes.....	27
3.3 Análise dos Grupos Focais	29
3.3.1 Mediação	29
3.3.2 Potencialidade	32
3.3.3 Transformação.....	36
3.3.4 Cidadania.....	37
3.3.5 Acesso e relevância.....	38
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
ANEXOS	48

INTRODUÇÃO

Os interesses econômico, social e cultural vigentes se configuram a partir da ordem societária capitalista correspondente a ideologia da classe dominante, ou seja, a produção e a organização do trabalho e das relações sociais assim como a cultura são reorganizadas para garantir a acumulação de capital e a manutenção de sua hegemonia.

A arte e a cultura, inseridas nessa sociedade, não escapariam de se adequar para atender aos mesmos interesses, sendo transformadas para consumo e trazendo consigo a “desqualificação e massificação da produção estética no capitalismo, que gera um homem-massa” (NARCIZO *apud* VÁSQUEZ, 2014, p. 61).

Isto é, a arte e a cultura, sob o domínio da indústria de entretenimento, são produzidas para massas com a intencionalidade de impedir a autoconsciência e a essência cultural, fazendo parecer que são fruto das próprias massas.

Estando em uma democracia política, sabe-se que diferentes projetos societários sempre estão em conflito na luta por hegemonia, assim a cultura e a arte podem assumir um papel contra hegemônico em que os homens tomem consciência através dela no sentido de compreender a realidade e transformá-la.

O Serviço Social como parte do contexto sócio-histórico e inserido nele também possui suas atribuições e considerando sua função pedagógica pode tanto reafirmar e reproduzir a ideologia dominante quanto construir perspectiva de uma nova ordem societária.

O interesse da pesquisadora pelo tema surgiu pela afinidade pessoal com a arte, em especial a música, e através da construção de um projeto de intervenção anterior desenvolvido no 5º semestre na disciplina de Prática Profissional do Serviço Social III, no qual a intervenção profissional foi proposta mediada por manifestações artístico-culturais, considerando a potencialidade da arte para humanização e reflexão crítica.

Diante disso, a pergunta norteadora desta pesquisa consiste em: Qual a possibilidade das manifestações artístico-culturais na instrumentalidade do Serviço Social?

Os objetivos compreendem pesquisar as manifestações artístico-culturais como mediadoras da prática pedagógica do Serviço Social e investigar o papel das

manifestações artístico-culturais nas vivências dos usuários da política de Assistência Social.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema para elaboração do referencial teórico juntamente com a realização de uma pesquisa de campo de caráter qualitativo para levantamento de dados contribuindo para análise e reflexão sobre o assunto.

O primeiro capítulo aborda o conceito de manifestações artístico-culturais resgatando as definições de arte e cultura e como estas vão inferir sobre o indivíduo e a sociedade. Em seguida, traz seus desdobramentos quando inseridos na sociedade capitalista e as formas que o Estado vai lidar com a cultura através de um resgate histórico.

O segundo capítulo tratará dos perfis pedagógicos do Serviço Social desde seu surgimento até a atualidade no Brasil e a relação com as expressões artístico-culturais buscando apontar as aproximações entre ambos com destaque à dimensão socioeducativa e sua intencionalidade.

No terceiro e quarto capítulos serão apresentadas a pesquisa de campo e a análise dos dados coletados e sua relação com o referencial teórico levantado.

Sendo assim, através da presente pesquisa pretendeu-se conhecer possíveis métodos de intervenção mediados por manifestações artístico-culturais que apontassem para uma prática pedagógica emancipatória utilizando a arte e a cultura para construção de espaços inclusivos e democráticos que promovam participação social e se direcionem a outra sociabilidade.

Espera-se que este trabalho contribua a levar à reflexão sobre a construção de uma forma de atuação alternativa criativa e humanizadora, sem desconsiderar as atribuições e pressupostos ético-políticos do Serviço Social, com a possibilidade de aproximação dos usuários com arte e cultura direcionada para crítica e transformação da realidade social.

1. ARTE E CULTURA

1.1 Manifestações artístico-culturais

Para entendermos o conceito de manifestações artístico-culturais é preciso entender dois conceitos fundamentais: a cultura e a arte. Estes serão trazidos de forma objetiva neste tópico, para em seguida serem explanados na esfera relativa à individualidade e sociabilidade no próximo tópico.

A cultura pode ser compreendida como modo de se organizar e se relacionar, sendo a construção de valores, identidades, práticas e manifestações humanas não podendo ser dissociada da estrutura social e momento histórico no qual se encontra. (PESTANA, 2008)

Chauí (2008, p.57), traz a partir da perspectiva da antropologia social do século XX que a cultura passa a ser a:

produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, das formas da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais, particularmente os sistemas de parentesco ou a estrutura da família, das relações de poder, da guerra e da paz, da noção de vida e morte. A cultura passa a ser compreendida como o campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores.

Assim a arte pode ser considerada como componente da cultura, ou seja, uma de suas dimensões, pois apreendendo a realidade vivida pelos sujeitos e ao se concretizar também objetiva seu pensamento, cultura e valores (FERREIRA; SANTOS, 2017) em seus diferentes tipos de relações sociais podendo se expressar de diversas formas dentre elas a linguagem, a dança, os cantos rítmicos.

Tem-se, portanto, como manifestação artístico-cultural a materialização da cultura por meio da arte em suas expressões como música, dança, teatro, literatura, ou seja, um recorte das expressões culturais, porém sem desconsiderar a significação ou sentido das manifestações artísticas bem como a revelação de vivências e identidades a partir das mesmas.

1.2 A individualidade e sociabilidade através da arte e cultura

Tanto arte como cultura são desdobramentos do trabalho, e segundo Fuziwara (2014, p.28) este é:

uma condição de existência em qualquer sociedade humana, sendo que por meio dele o homem responde às suas necessidades, tendo também função de mediatizar o intercâmbio com a natureza.

É por meio dele que ocorre o salto ontológico do ser natural para o ser social, além disso, nesse intercâmbio com a natureza, consigo mesmo e com os outros que o ser social pode se desenvolver.

Considerando que o trabalho funda o ser social, a cultura vai se constituir como práxis social (FUZIWARA, 2014) na medida em que ao construir uma rede de relações forma um movimento de criação de sentido como instituição social tendo interferência ou refletindo as condições materiais e históricas do momento (CHAUÍ, 2008).

Tanto cultura quanto arte são atividades sociais (FISCHER, 1983). A arte como tal, se dá na objetivação do ser social, nas suas relações com a natureza, com e entre homens e com a sociedade, e também na expressão da sensibilidade subjetiva, dando sentido humano à natureza (PEIXOTO, 2013).

Ou seja, a arte como parte da cultura expressa as apreensões subjetivas da realidade, é uma exteriorização da individualidade no sentido de unir-se com o todo, o coletivo revelando a consciência do ser social (FERREIRA; SANTOS, 2017).

Como trabalho humano de criação, a arte contribui para a construção da cultura, sendo a materialização da reflexão, da própria cultura e de valores (FERREIRA; SANTOS, 2017). Como representação social das relações entre indivíduo e sociedade é possível considerá-la também uma manifestação social (BIESDORF; WANDSCHEER, 2011), pois é capaz de representar o modo de ser da sociedade.

Assim “a atividade artística como desdobramento do trabalho, está contida na cultura, que expressa as contradições na totalidade da vida social” (FUZIWARA, 2014, p.49).

1.2.1 Arte e cultura inseridas na sociabilidade capitalista

Partindo da premissa de que a arte e a cultura manifestam o modo de ser da sociedade, sendo esta capitalista, as manifestações artístico-culturais vão ser moldadas ao padrão de produção e reprodução dessa ideologia, rompendo com o livre desenvolvimento humano. (FUZIWARA, 2014)

Esse processo se dá na medida em que os produtos do trabalho, assim como os da arte e da cultura são transformados em mercadoria, e o processo de criação acaba se tornando trabalho alienado. (NARCIZO, 2014, p.62)

Neste ponto destacamos a alienação em seus diversos aspectos e dimensões. Segundo Montañó e Duriguetto (2011, p.102) ela se dá na relação do trabalhador com

o produto de seu trabalho na medida em que não o reconhece; na relação do trabalhador com o ato da produção, na qual se transforma em uma atividade controlada, mecânica e desumanizante, perdendo seu caráter ontológico de liberdade e criação; e na relação do trabalhador como ser social em que não compreende a si próprio, a natureza e a realidade social.

Fuziwara (2014, p.33), aponta que além de o trabalho se reduzir a valores de troca, as relações sociais assumem forma de relação de produtos, e a arte não escapa a isso, pois os valores humanos de liberdade criadora serão colocados abaixo dos valores estéticos.

Pode-se, então, interpretar que a arte e cultura sofrem dois processos: o de fetichização “que atribui às coisas, à mercadoria, fundamentalmente, propriedades supostamente ‘naturais’, como se não fossem produtos dos sujeitos, da história” e de reificação “como um aspecto de alienação, que ‘coisifica’ os sujeitos e as relações sociais, ou seja, os transforma em coisas, mercadorias, dominadas pelas leis ‘naturais’ do mercado”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 107).

As relações sociais e as pessoas, segundo Pestana (2011, p.97), nesta sociedade capitalista neoliberal, são coisificadas, ou seja, a subjetividade é negada aos sujeitos e entre eles para que sejam reproduzidas as bases ideológicas e sociais vigentes.

É neste cenário que a indústria cultural vai se inserir justamente para tal fim, isto é, “habilita uma forma de fruição estética deslocada de seu cerne criador e universalizante, remetendo o indivíduo que procura o acesso à Arte, a um papel de consumidor de cultura” (NARCIZO, 2014, p.61).

A cultura de massa produzida pela indústria cultural vai ocultar a divisão cultural existente para que a classe trabalhadora não conteste a cultura dominante. Divisão esta fruto da divisão de classes existente na sociedade, em que, segundo Montaño e Duriguetto, (2011, p.85), a divisão social se dá pela polarização entre produtores diretos de riqueza e proprietários dos meios de produção, sendo seus interesses antagônicos, estes se contrapõe e se enfrentam.

Pestana (2011, p.87), ao expor o conceito iluminista de cultura, explicita tal divisão, de maneira que a cultura:

refere-se ao aprimoramento racional e moral, tendo a civilização européia capitalista como modelo para definir superioridade e inferioridade social, cultural, econômica e política. Concepção de cultura que reforça, por conseguinte, as modalidades de imposições que sustentam as relações de dominação e subordinação, dentre elas, a divisão da sociedade entre ricos e

pobres e a reprodução do ideário de que existem sociedades e indivíduos cultos e incultos ou civilizados e não civilizados.

Para que a classe dominante, então, mantenha sua hegemonia é necessário que a dominação de classe se apresente como dominação de ideias, “assim ocultasse a dominação e a exploração dos homens, e a divisão social de classes, surgindo a ideologia como valores ilusoriamente comuns” (CHAUÍ *apud* MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p.107)

Desse modo:

o lugar da cultura dominante é bastante claro: é o lugar a partir do qual se legitima o exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social. Mas esse lugar também torna mais nítida a cultura popular como aquilo que é elaborado pelas classes populares e, em particular, pela classe trabalhadora, segundo o que se faz no pólo da dominação, ou seja, como repetição ou como contestação, dependendo das condições históricas e das formas de organização populares. (CHAUÍ, 2008, p.59)

De maneira mais concreta, levando em consideração ainda Chauí (2008) quando aponta os modos de operação da indústria cultural, pode-se observar a separação de bens culturais pelo valor de mercado, destinando obras mais caras à elite cultural e mais baratas destinadas à massa.

Os meios de comunicação de massa efetivam a mensagem ideológica, mantêm e confirmam o homem na condição de objeto, produzindo a auto consumação do indivíduo. O consumo de massa garante lucros, e segundo Narcizo (2014, p.62), produzem uma cultura pela metade, pois impede o processo da autoconsciência e rouba a essência cultural.

De acordo com Chauí (2008), existem quatro pontos que demonstram como a indústria cultural opera, a saber: 1) separa os bens culturais pelo seu suposto valor de mercado; 2) cria a ilusão de que todos têm acesso aos mesmos bens culturais; 3) inventa uma figura chamada “espectador médio”, para vender um produto “médio”, seduzindo e agradando o consumidor com o senso-comum cristalizado, que a indústria cultural devolve com cara de coisa nova; 4) e define a cultura como lazer e entretenimento. E assim:

Como cultura de massa, as obras de pensamento e de arte tendem: de expressivas, tornarem-se reprodutivas e repetitivas; de trabalho da criação, tornarem-se eventos para consumo; de experimentação do novo, tornarem-se consagração do consagrado pela moda e pelo consumo; de duradouras, tornarem-se parte do mercado da moda, passageiro, efêmero, sem passado e sem futuro; de formas de conhecimento que desvendam a realidade e instituem relações com o verdadeiro, tornarem-se dissimulação, ilusão falsificadora, publicidade e propaganda. mais do que isso. A chamada cultura de massa se apropria das obras culturais para consumi-las, devorá-las, destruí-las, nulificá-las em simulacros. Justamente porque o espetáculo se

torna simulacro e o simulacro se põe como entretenimento, os meios de comunicação de massa transformam tudo em entretenimento (guerras, genocídios, greves, festas, cerimônias religiosas, tragédias, políticas, catástrofes naturais e das cidades, obras de arte, obras de pensamento). É isto o mercado cultural. (CHAUÍ, 2008, p.60)

Dessa forma, como Fuziwara (2014, p.55) traz, ao criar o produto artístico a indústria cultural aparentemente une a arte e a vida cotidiana ampliando seu alcance na condição de mercadoria, porém verifica-se a ampliação também da alienação e a retirada da dimensão antropomorfizada da arte.

Segundo Prates (2007), é nessa dimensão que se dá o processo de autoconsciência da humanidade, e ao retirá-la faz com que o reflexo antropomorfizador da realidade não exista, impedindo a relação entre o homem e o mundo na qual é possível o desvelamento do real e dos processos alienantes. (MATTOS, 2015)

Essas atribuições e transformações conferidas à arte e à cultura não são fixas, conforme Pestana (2011, p.94), a cultura do povo se encontra “em constante e dinâmica interação com a estrutura social” e, portanto, não fica passiva às imposições culturais logo se configurando em um “processo contraditório de reelaboração e de continuação identitária”.

Isto será abordado com maiores explicações no próximo capítulo em que serão relacionados a profissão e atuação do Serviço Social com as manifestações artístico-culturais emancipatórias e de resistência.

1.3 Estado e Cultura

Como o Estado vai se relacionar com a cultura? Existiria um vínculo destes com o modo de produção da sociedade e como as relações sociais e de trabalho se dão?

A partir daqui, serão tratadas a contextualização, o papel e as funções do Estado no período do segundo pós-guerra e de 1973 até a atualidade. Além de abordar como o Estado brasileiro tem tratado a cultura, e a concepção da mesma como direito, além de fazer uma breve recuperação do histórico da política pública cultural no Brasil.

O conceito de luta de classes trazido no ponto anterior (1.2) será fundamental para entender as funções do Estado que, no período do segundo pós-guerra, vão se dar no sentido de:

reprodução da ordem, em face das necessidades de superação das crises econômicas - reproduzido e ampliando a acumulação de capital - e políticas

- legitimando o sistema perante as demandas populares e reduzindo os níveis de conflitividade. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.145-146)

Segundo Montañó e Duriguetto (2011, p.162), o Estado vai agir por meio da educação, cultura e meios de comunicação dos serviços sociais, operando de forma a reproduzir e manter a força de trabalho satisfazendo as suas necessidades através de políticas sociais e salários indiretos, sendo também essencial para configurar um mercado de consumo em massa.

A atuação do Estado vai ser caracterizada por potencializar o trabalhador tanto como força de trabalho quanto como consumidor, pois ao proporcionar renda para os trabalhadores também se fazia necessário proporcionar tempo de lazer para que eles consumissem os produtos, portanto a estratégia fundamental do Estado era

no sentido de (socializando os custos) reverter as tendências de "subconsumo" (ou, numa outra perspectiva, "crise de superprodução"), tanto mediante a promoção do chamado o pleno emprego(...), quando por meio da alocação de recursos, na forma de políticas sociais e dirigidos a população trabalhadora e carente de tal forma a transformá-la em "consumidores plenos". (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.175)

De acordo com Chauí (2008, p.63), "o Estado se apresentava como *produtor de cultura*, conferindo a ela generalidade nacional ao retirar das classes sociais antagônicas o lugar onde a cultura efetivamente se realiza". Montañó e Duriguetto (2011) apontam que ele vai incidir na luta de classe para reduzir essa conflitividade social legitimando tanto sua própria função quanto a ordem vigente, criando também a cultura e a imagem de um Estado de bem-estar social a serviço do povo.

Já a partir dos anos 1990, segundo Chauí (2008), o Estado vai propor um tratamento moderno da cultura e passa a operar no interior da cultura com os padrões de mercado na lógica da indústria cultural.

Nesse contexto temos o início do projeto neoliberal que, segundo Montañó e Duriguetto (2011, p. 193), vai se desdobrar em três frentes: a ofensiva contra o trabalho, as chamadas "reestruturação produtiva" e a "(contra) reforma do Estado". Daremos destaque para esta última frente que vai incidir nas políticas sociais e também na forma como o estado vai tratar a cultura.

A resposta neoliberal à crise social mundial, no contexto de crise de superprodução e superacumulação e no esgotamento do Estado de bem-estar social, vai ser embasada nas necessidades de acumulação do capital financeiro remetendo o corte de gastos supérfluos ao corte de gastos sociais, pois, segundo os neoliberais,

a inflação das demandas por direitos sociais seriam a causa da crise fiscal do Estado. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011)

Portanto nesse período como uma de suas funções econômicas, segundo os mesmos autores, o Estado passou a garantir condições mais atrativas ao investimento estrangeiro o que incluiria redução e restrição do gasto público social diminuindo gastos em políticas sociais, ou seja, seria uma minimização do Estado para o social e uma maximização do mesmo para o capital no sentido de liberdade do mercado.

As políticas sociais/públicas vão ser redimensionadas e substituídas tendo como principais características sua fragmentação e focalização. Além disso, ainda de acordo com os mesmos autores, serão fundamentadas em duas ações estatais: a de privatização dos serviços sociais introduzindo a mercantilização; e o fomento e a indução para que sejam estabelecidas parcerias entre os governos e organizações filantrópicas e não governamentais.

A contrarreforma do Estado, dentre outras funções, faz com que o mesmo seja um “balcão para atendimento de demandas e adota os padrões de consumo e do *mass media* particularmente o padrão da consagração do consagrado” (CHAUÍ, 2008), já pontuado no item 1.2 quanto aos impactos da cultura de massa tendo o “*mass media*” (meios de comunicação em massa) importante papel nessa reprodução.

No entanto, é possível que cultura ganhe outro tipo de tratamento e seja pensada para além de uma mercadoria ou um negócio. Retomando o conceito de cultura já trabalhado no item 1.2, como desdobramento de trabalho sendo um processo de criação, sua função é transformada ultrapassando e modificando o existente.

Além disso, torna-se fundamental na efetivação de direitos, já que é essencial para o desenvolvimento humano e social sendo tratada como prática de cidadania (PESTANA, 2011). O Estado passa então a concebê-la como:

um direito do cidadão e, portanto, assegurar o direito de acesso as obras culturais produzidas, particularmente o direito de fruí-las, o direito de criar as obras, isto é, produzidas e o direito de participar das decisões sobre políticas culturais. (CHAUÍ, 2008, p.65)

Desse modo o Estado deixa de considerá-la apenas como mercadoria focada exclusivamente na economia, passando a implementar políticas públicas levando em conta que a cultura não está isolada da sociedade, visando assim uma perspectiva também intersetorial que fortaleça as identidades, preserve a cultura local e valorize

os distintos saberes populares (PESTANA, 2011, p.97), ou seja, se opõe a política neoliberal.

Apesar dessa possibilidade, o que está sendo vivenciado é a crise das políticas sociais e a sua subordinação às políticas econômicas e ficará mais evidente a seguir com o histórico da política cultural brasileira.

1.3.1 Estado Brasileiro e Cultura

A cultura e a política cultural brasileira atual muito se relacionam com seu desenvolvimento nos tempos de colonialismo. A cultura europeia posta como universal se tornou modelo e foi assimilada pelas classes fundamentais de formação no Brasil assim como seus aspectos ideológicos, colocando o país em posição subordinada e em dependência do capitalismo internacional (NARCIZO, 2014).

Tanto nesse período quanto no de construção da República, a organização cultural estava vinculada à administração burocrática da colônia e da Igreja enquanto aparelho ideológico do Estado sempre de acordo com o interesse das famílias que dominavam política e economicamente o país (FUZIWARA, 2014).

Isto se refletia na negação das culturas indígena e africana, já que sempre estiveram submetidas a controle rigoroso (RUBIM, 2007, p.2-3) dando perfil autoritário e elitista e caráter tardio às políticas culturais.

É importante reconhecer “o *tipo de cultura* que vai sendo construído ao longo do século 20 no Brasil, tendo como premissa que o modo de produção e o desenvolvimento das forças produtivas determinam o ser social – e sua consciência.” (FUZIWARA, 2014, p.70).

Entre os anos 1935 e 1938 houve inovação na intervenção do Estado na área de cultura, através de Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo, ampliando a definição de cultura e patrimônio, aumentando os acervos culturais. (RUBIM, 2007)

No entanto, com a implantação da ditadura do Estado Novo, a “política cultural implantada valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro” (RUBIM, 2007, p.5) surgindo a tradição de forte relação entre governos autoritários e políticas culturais.

Foram criadas inúmeras instituições, a exemplo o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, o Conselho Nacional de Cultura em 1938 e o Departamento de Informação e Propaganda (DIP) em 1939, instituição

singular que conjuga censura e iniciativa, buscando reprimir e cooptar o meio cultural, intelectuais, artistas e criadores. Esse período foi marcado por contra sentidos explícitos em uma intervenção que articulava ações negativas (censura, repressão) com afirmativas (formulações, práticas, legislações e organizações de cultura) (RUBIM, 2007).

De 1945 a 1964, há um desenvolvimento da cultura brasileira em todas as áreas, mas isso não se reflete nas políticas culturais que são praticamente inexistentes exceto a algumas ações pontuais como instalação do Ministério da Educação e Cultura em 1953 e a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros que irá conformar a ação de governantes aos criadores e suas obras intelectuais, científicas e artísticas (RUBIM, 2007).

Os Centros Populares de Cultura (CPC) criados pela União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1961 foram relevantes no que diz respeito a “arte engajada”, pois denunciavam e contestavam a ordem vigente (FUZIWARA, 2014, p.70), assim como o Movimento de Cultura Popular (1960) com a importante figura de Paulo Freire que conjuga educação e cultura em seu método pedagógico, porém foram bloqueados e fechados em 1964. (RUBIM, 2007)

De 1968 a 1974 é o período que Fuziwara (2014) e Rubim (2007) vão denominar de “vazio cultural”, devido à “imposição crescente de uma cultura midiática controlada e reprodutora da ideologia oficial”. É nessa época que ocorre a criação de empresas como a Telebrás e a Embratel e a implantação da lógica de indústria cultural que passaram a moldar o pensamento brasileiro tendo como marco a ação empresarial em aliança com o poder político. Isto trás preocupação ao Conselho Federal de Cultura (1966) em relação ao impacto sobre as culturas regionais e populares.

A ditadura (...) realiza a transição para a cultura midiática, assentada em padrões de mercado, sem nenhuma interação com as políticas de cultura do Estado. Em suma: institui-se um fosso entre políticas culturais nacionais e o circuito cultural agora dominante no país. (RUBIM, 2007, p.10)

Em 1975, pela primeira vez o país terá um Plano Nacional de Cultura e será criada a Fundação Nacional das Artes (FUNARTE) importante agência de financiamento de projetos culturais. Com a redemocratização do Brasil, em 1985, o Ministério da Cultura (MinC) é separado do Ministério da Educação. (RUBIM, 2007)

Em 1986 é criada a Lei Sarney de incentivo fiscal para financiar a cultura. Porém, tanto o ministério quanto a fundação deixam de existir, a partir de 1990 no

governo de Fernando Collor de Mello, sendo criada a Secretaria de Cultura. (FUZIWARA, 2014)

No governo de Itamar Franco, em 1992, o MinC é retomado e a Lei Audiovisual criada amplia a renúncia fiscal, também passa a vigorar a conhecida Lei Rouanet (1991), que efetivou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). (FUZIWARA, 2014)

O que se tem aqui é que:

A predominância desta lógica de financiamento corrói o poder de intervenção do Estado nas políticas culturais e potencializa a intervenção do mercado, sem, entretanto, a contrapartida do uso de recursos privados (RUBIM, 2007)

No governo de Fernando Henrique Cardoso, segundo Fuziwara (2014), há uma tônica à flexibilização das leis de incentivo e o Fundo Nacional de Cultura é utilizado da lógica de favor e decisão do ministro, o que se percebe é a falta de importância do Ministério e a ausência de uma política cultural ativa.

Entre 2003 e 2010, o governo Lula manteve o MinC sob a orientação da renúncia fiscal (FUZIWARA, 2014). Em 2016, com Michel Temer no poder, o MinC se torna Secretaria de Cultura vinculada ao Ministério da Educação, mas a decisão é revertida em menos de duas semanas e a Cultura manteve o status de Ministério. (SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA, 2019?)

Já em 2019, sob o governo de Jair Bolsonaro a estrutura da Cultura foi incluída no Ministério da Cidadania por meio do Decreto Nº 9.674, de 2 de janeiro. (SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA, 2019?). Sua gestão, de acordo com Rubim (2020 *apud* CALEBE, 2020):

elegeu a cultura como inimiga, em conjunto com a educação, as ciências, as artes, as universidades públicas e os temas relativos às chamadas minorias, em especial às manifestações de gênero, afro-brasileiras, LGBT e dos povos originários. No caso da cultura, o governo se caracteriza pelas agressões às liberdades de criação e de expressão, pela volta da censura; pelo desmonte das instituições culturais; pela demonização da cultura e das artes e pela deliberada intenção de asfixiar financeiramente a cultura.

Em suma,

No Brasil, observa-se a constituição de uma indústria cultural monopolista e massificante, que encontra suas raízes objetivas nesta condição formativa do país, subalterna e direcionada estritamente por interesses econômicos e ideológicos. A ditadura militar acentuou ainda mais o papel destas determinações herdadas e posteriormente, através da adoção de políticas neoliberais [...] houve o reforço da monopolização do capital e dependência em face do imperialismo em termos políticos e culturais, sendo esta a configuração que se segue até os dias de hoje. (NARCIZO, 2014, p.64)

Isto rebate na produção artística nacional que fica basicamente restrita a oferta mercadológica de um entretenimento tacanho, além de trazer diferenças regionais com concentração de recursos e exclusão com a “reintrodução de uma hierarquia na ocupação do espaço público” (FUZIWARA, 2014, p. 104). O orçamento é direcionado para atividades pontuais como eventos sem contribuir para a consolidação da política cultural no âmbito da democracia e efetivação de direitos.

Dessa forma a limitação de acesso à arte, o descaso e sucateamento da cultura como política pública relega a ela papel de manter e reproduzir a ordem convertendo a questão cultural a momento privilegiado da questão democrática. (NARCIZO, 2014, p. 65)

2. SERVIÇO SOCIAL, CULTURA E ARTE

2.1 Prática pedagógica do Serviço Social

Diante do exposto no capítulo anterior sobre a forma como o Estado e a política cultural em geral atuam na reprodução da ordem vigente, cabe o questionamento de qual é a relação do Serviço Social com estes. Para isso, é necessário tomar ciência da gênese da profissão, sua legitimação, institucionalização e seu movimento de reconceituação.

Sua origem vai se dar entorno da construção da sociedade capitalista e da sua industrialização, com a necessidade de subordinar o proletariado e conter conflitos. Através de ações de controle e filantrópicas de cunho assistencialista, a Igreja, o Estado e a burguesia vão criar espaço de atuação para o Serviço Social (MATTOS, 2015, p.52), que vão se aproximar das funções atribuídas tanto ao Estado quanto à cultura.

A reorganização da cultura, tomando por base a definição de cultura trazida no item 1.1 como modo de se organizar e se relacionar, sendo então considerada como sociabilidade (ABREU, 2009), vai ocorrer de forma que as relações sociais, incluído as de exploração, atendam as demandas de manutenção da hegemonia capitalista.

O Serviço Social surge justamente para atuar nessa reorganização. Nesse sentido, é primordial explicitar a dimensão socioeducativa da profissão ou como se desenvolve sua prática pedagógica, pois

O perfil pedagógico dessa prática advém da intervenção direta desse profissional na maneira de agir e pensar, ou seja, sua ação incide diretamente na formação da cultura. É um elemento constitutivo das relações de hegemonia na sociedade, pois, juntamente com outros profissionais, contribui para a criação de consensos na sociedade em torno de interesses das

classes fundamentais, reforçando a hegemonia vigente ou criando uma contra-hegemonia no cenário da vida social. (CONCEIÇÃO, 2010, p.55)

Identifica-se de início, de acordo com Abreu (2008), o “conformismo mecanicista” como princípio educativo fundamentado no padrão cultural americano que impulsiona o Serviço Social na sociedade capitalista com práticas de cunho educativo e ressocializador, caracterizadas por elementos como:

a psicologização das relações sociais; a manipulação material e ideológica das necessidades sociais e recursos institucionais, via estratégias de assistência social individualizada; a combinação entre processos persuasivos e coercitivos para obter a adesão e o consentimento do trabalhador às exigências do padrão fordista/taylorista de produção e de trabalho. (ABREU, 2008, p.222)

A institucionalização do Serviço Social por volta de década de 40, vem em resposta do Estado no enfrentamento da questão social para “compensar” as condições de vida precárias as quais os trabalhadores estavam submetidos na forma de concessão de direitos sociais através de políticas públicas - espaço privilegiado de atuação da profissão como mecanismo de manutenção material e ideológico da classe dominante. (MATTOS, 2015)

Dessa forma, de acordo com Mattos (2015), o Serviço Social parte da vertente positivista, empirista e funcionalista e vem para adequar a classe trabalhadora ao mercado e ao sistema vigente com atuações assistencialistas, fragmentadas, pontuais e imediatistas, as quais Abreu (2008) aponta se realizarem através de processos e mecanismos autoritários de ressocialização que são conformadores da cultura dominante.

Em suma, a gênese do Serviço Social enquanto profissão é indissociável da ordem monopólica, pois tem seus fundamentos nas estruturas da sociedade, na conjuntura social e foi no desenvolvimento do capitalismo na fase monopolista que a ação do Estado passou a ter uma intervenção sistemática frente às expressões da questão social se dá através das políticas sociais. (MATTOS, 2015, p.55)

Nesse período, a ajuda é o eixo que marca a constituição do Serviço Social. Compreendendo o perfil da prática pedagógica enquanto “ajuda psicossocial individualizada”, este se direciona para o ajustamento social, naturalização das desigualdades sociais e formação de identidade subalternas, e assim contribui para a produção e reprodução do trabalhador. (ABREU, 2008)

A fim de dar continuidade na reprodução do capital e do seu controle sobre o trabalho, nos anos 1950 e 1960, com o projeto desenvolvimentista e de modernização

conservadora é que se viabiliza a pedagogia da “participação” tendo em vista a integração social aos programas de desenvolvimento. (ABREU, 2009)

A proposta de Desenvolvimento de Comunidade (DC), assim como a ampliação das políticas sociais sob a ditadura militar farão com que se consolidem como perfis pedagógicos da prática profissional vinculados a estratégias educativas subalternizantes, tanto a pedagogia da “ajuda” quanto a de “participação”. (ABREU, 2009)

A intervenção profissional nas relações sociais, de acordo com Abreu (2008, p.224) terá a participação popular como eixo central na integração e promoção sociais, o que contraditoriamente, contribui para a criação/recriação das condições sócio-históricas e intelectuais para a redefinição profissional.

A partir da segunda metade da década de 1960, a vinculação da profissão às lutas da classe trabalhadora vai incidir em seu movimento histórico e teórico-político numa perspectiva de resistência e de politização das relações sociais e de intervenção crítica. (ABREU, 2009)

A construção da prática pedagógica emancipatória, no bojo do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, entre as décadas de 1970 e 1980, vai decorrer mediante a defesa dos direitos civis, sociais e políticos, da democracia e justiça social (ABREU, 2008), em um processo de ruptura com o conservadorismo na superação de práticas assistencialistas.

O objetivo da dimensão socioeducativa, nesse momento, passa a ser então o de buscar o conhecimento da realidade de forma processual e democrática, através de uma relação horizontal entre profissionais e sujeitos que leve à reflexão e construção de possibilidades de ação na vida social para transformação do espaço sócio-histórico. (MATTOS, 2015, p. 73)

Nos anos 90, os perfis pedagógicos da “ajuda” e da “participação” vão se metamorfoseados e se refuncionalizando no processo de reorganização da cultura a partir da orientação neoliberal, a qual implica na

adequação dessas posturas pedagógicas as necessidades e demandas colocadas pela intensificação da exploração, do envolvimento produtivo do trabalhador e do controle persuasivo do trabalho pelo capital. (ABREU, 2008, p.226)

Segundo Abreu (2008), essa prática vai apontar para uma possível pedagogia da “solidariedade” que

funda-se na ideia de que a crise afeta indistintamente o conjunto da sociedade e que sua superação é tarefa de todos, bem como na suposta superação dos antagonismos entre classes e do estabelecimento de relações de colaboração entre elas. Daí a ênfase nas relações de parceria, aparência atual do colaboracionismo entre sujeitos antagônicos e no trabalho voluntário, como formas de enfrentamento da questão social. (ABREU, 2008, p.226-227)

Capturando a subjetividade do trabalhador, a autora ainda traz que essa reorganização supõe a recomposição do conformismo mecanicista como princípio educativo fundante da “nova” sociabilidade e de uma cultura que se pretende de consenso, além de ter como princípio a política de privatização.

Mattos (2015, p. 75) identifica, então, que

as atuações do assistente social [...] são intrinsecamente educativas (de forma crítica ou conservadora), vão corresponder à dinâmica da sociedade e às causalidades objetivas e universais, considerando o modo de produção da ordem vigente, os processos históricos, interesses econômicos e políticos, objetivos profissionais e um determinado ideário.

A dimensão pedagógica vai intervir na organização e reorganização da cultura no sentido de desvelamento da realidade e deve ser pensada para que desmistifique a ideologia dominante na busca pela transformação. (CONCEIÇÃO, 2010, p.51).

Dessa forma, de acordo com Mattos (2015, p.83), a ação de mediação permite ultrapassar o imediato através da negação e do reflexo da realidade sendo possível também

ampliar o desvelamento das expressões da questão social e das contradições dessa sociedade por parte dos usuários, contribuindo com essa aproximação com a essência genérica humana. A categoria de mediação, nesta dimensão socioeducativa, que vai permitir aproximações e com as determinações da realidade social e com a essência humana. (MATTOS. 2015, p.114)

A instrumentalidade do Serviço Social, é justamente esta capacidade de modificar, transformar e alterar as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais da realidade social concretizando seus objetivos profissionais, isto é, tal propriedade possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em resposta profissional. (GUERRA, 2000).

Nesse movimento é que se constrói um espaço de formação política que busca a superação da exploração e da alienação estimulando o usuário a refletir criticamente sobre os diferentes contextos que compõe a realidade. (FERREIRA; SANTOS, 2017, p. 9)

2.2 Prática pedagógica emancipatória e manifestações artístico-culturais

As manifestações artístico-culturais estariam de alguma forma ligadas à prática pedagógica do Serviço Social?

De acordo com Conceição (2010, p.58), a arte se relaciona com a educação, pois está tomada de determinada ideologia que pode servir à manutenção da ordem ou à libertação e transformação. Ela possui poder de cativar e de formar opinião, de acordo com o objetivo para o qual é direcionada.

A educação, carregada de ideologia, pode tanto contribuir para a solidificação e manutenção da ordem vigente (o que pode ser visto fortemente no período de surgimento do Serviço Social no Brasil e até mesmo nos dias de hoje, em meio a práticas extremamente conservadoras), como pode servir à construção de um novo projeto societário que busque a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária. (CONCEIÇÃO, 2010, p. 65)

As manifestações artístico-culturais, então, quando usadas para educar, segundo a autora, podem se caracterizar como instrumentos potencializadores do trabalho do assistente social se forem condizentes com os objetivos da profissão em direção a superação da ordem e das relações de exploração vigentes.

O uso dessas manifestações enquanto instrumento pedagógico pode ser considerado uma estratégia educativa de mediação com a realidade objetiva que gere processos reflexivos caracterizando uma intervenção profissional emancipatória. (FERREIRA; SANTOS, 2017, p.8)

Nesse sentido, Mattos (2015) trabalha a arte como mediação de mecanismos de resistência visto que possibilita autonomia para o conhecimento, questionamento e enfrentamento da realidade concreta. Narcizo (2014, p.69) acaba por explicitar essa potencialidade da arte como meio quando esta extrapola o imediatismo e a fragmentação presente no cotidiano.

A utilização da Arte enquanto instrumental é uma prática que pode e deve ser tomada como uma possibilidade no trabalho profissional, porque, atrelada a uma intencionalidade crítica, produz uma prática desveladora do real. (NARCIZO, 2014, p.72)

Esse uso enquanto estratégia criativa permite desvendamentos e intervenções concretas para o desenvolvimento de processos sociais que instiguem processos reflexivos e mediações com realidades similares. (PRATES, 2007)

Segundo Mattos (2015), a arte ou as manifestações artístico-culturais permitem que o ser social ultrapasse o imediato alcançando o concreto pensado. Prates (2007) ainda coloca que estas se constituem como mediação fundamental para ampliar as

leituras reducionistas, reduzindo sentimentos de revolta e culpabilização individual dos sujeitos.

a arte enquanto mediação no Serviço Social, supera a busca por técnicas isoladas e engloba a negação e a superação, trazendo a possibilidade de pensar a instrumentalidade profissional de forma mais criativa e sensível e de uma forma a exaltar a dimensão socioeducativa. (CONCEIÇÃO, 2010, p. 114)

Guerra (2000) trabalha a instrumentalidade enquanto uma propriedade sócio-histórica da profissão que possibilita o atendimento das demandas e o alcance de objetivos (profissionais e sociais) no nível do cotidiano na realidade social. A autora coloca que:

Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. (GUERRA, 2000, p. 2)

Então, enquanto instrumentalidade, através da estratégia pedagógica é possível mediar o desvendamento de processos de alienação, as contradições cotidianas, os sentimentos dos sujeitos, estigmas, intolerâncias e outras expressões da questão social, assim como a inversão de valores imposta pela sociedade capitalista, processos de discriminação e violência; ou ainda, de sonhos e estratégias de resistência dos sujeitos sociais. (PRATES, 2007)

Ao informar, fomentar a consciência crítica do usuário, o assistente social possibilita o questionamento, a reflexão e não aceitação passiva das determinações e ideologias na luta contra os processos sociais aos quais estão submetidos no sentido de que as pessoas se perceberem como sujeitos produtivos, que transformam a natureza e humanizam suas vivências. (CONCEIÇÃO, 2010)

Ou seja, as manifestações artístico-culturais enquanto uma das formas de consciência do ser social oferecem condições de criticar a situação vivida e redimensioná-la, como possibilidade de emancipação e humanização. (CONCEIÇÃO, 2010)

Enquanto produto da atividade humana e da centralidade no trabalho e no materialismo possibilita a transformação do ser social, pois, como derivada do trabalho, cria o novo e recria o ser social fazendo parte integrante da expressão do ser ontológico. (MATTOS, 2015)

A dimensão pedagógica inerente à profissão Serviço Social e o potencial humanizador da arte, quando construídos num sentido de transformação e emancipação dos usuários, podem contribuir para informação e promoção de sujeitos mais questionadores da realidade social, críticos e coerentes. (CONCEIÇÃO, 2010, p. 51)

A arte enquanto processo de autoconsciência da humanidade é reflexo antropomorfizador da realidade (PRATES, 2007, p.226) e faz com que o homem se reconheça como criador de sua existência. (NARCIZO, 2014, p.67)

Com seu caráter antropomórfico e subjetivo, as atividades artísticas tornam sensível a experiência de desvelamento das contradições da sociedade, além disso, podem ampliar a participação e despertar a criatividade. (MATTOS, 2015, p.105)

Com o fim de ressignificar o espaço do cotidiano, a arte promove a

ruptura que quebra a imediatez da vida cotidiana e que realiza uma figuração sensível do real, podendo expressar-se numa unidade sensível entre essência e aparência, produzindo com isso, uma totalidade intensiva". (NARCIZO, 2014, p.76)

As manifestações artístico-culturais imbuídas de elementos criadores e de novas formulações e não de uma mera representação do real, possuindo o caráter criativo do trabalho tornam possível a superação da dicotomia alienante produto-homem e proporcionam um espaço para experimentação de potências, limites e construções que recriem o papel do sujeito na sociedade. (NARCIZO, 2014)

De acordo com Conceição (2010),

O uso da arte no Serviço Social deve ser condizente com os objetivos profissionais, ou seja, requer a utilização de uma arte que vise a superação da ordem e das relações de exploração vigentes. Assim, os objetivos profissionais do assistente social, quando voltados para a emancipação dos sujeitos e somados ao potencial educativo da arte, buscam colaborar para a construção de uma nova e superior hegemonia, para a formação de homens mais críticos e conscientes.

Esta capacidade de modificação dos meios ou instrumentos, no caso as manifestações artístico-culturais, para alcance dos objetivos profissionais, se traduz na concretização da instrumentalidade do Serviço Social e como mediação:

permite a passagem das ações meramente instrumentais para o exercício profissional crítico e competente. Como mediação, a instrumentalidade permite também o movimento contrário: que as referências teóricas, explicativas da lógica e da dinâmica da sociedade, possam ser remetidas à compreensão das particularidades do exercício profissional e das singularidades do cotidiano. (GUERRA, 2000)

Em contraposição à ordem hegemônica e em correspondência aos princípios do Código de Ética do Serviço Social (BRASIL,1993a), a arte vista como requalificadora de valores, como criadora de novas formas de vida e de realidades é

capaz de inferir em uma nova sociabilidade, já que é capaz de trazer estímulo ao potencial criativo e crítico do ser humano. (CONCEIÇÃO, 2010)

Como instrumento de emancipação, se faz essencial a defesa intransigente dos direitos humanos dentre eles o direito à cultura que consta na Constituição Federal de 1988 em seus artigos 215:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (BRASIL, 1988)

E está contido da mesma forma na Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo 27:

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de desfrutar das artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.
2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor. (UNESCO, 1998)

A cultura entendida como elemento fundamental de expressar sua identidade (PESTANA, 2008) e permitir a autonomia (CONCEIÇÃO, 2010) e liberdade (NARCIZO, 2014) do sujeito para refletir e agir para além daquilo que já está posto, se contrapõe aos processos de desumanização, segundo Conceição (2010), enquanto força em oposição à massificação dos homens, sendo, também, importante a valorização da “arte popular”, cujo valor essencial é a representação e satisfação solidária de desejos coletivos.

Considerando ainda a ampliação e consolidação da cidadania, de acordo com Pestana (2011), entendida como direito à vida, em sua plenitude, incluindo a garantia dos direitos civis, sociais e políticos dos usuários, a arte também pode ser pensada como meio de operacionalização do acesso e da ampliação dos direitos do cidadão no sentido de democratização. (CONCEIÇÃO, 2010)

Pode-se concluir que a arte permeia as relações profissionais e pode ser utilizada para que os objetivos profissionais sejam verdadeiramente alcançados como um importante instrumento de intervenção profissional para a emancipação, resistência e a liberdade. (CONCEIÇÃO, 2010)

3. UMA NOVA SOCIABILIDADE

3.1 Método de pesquisa

Esta pesquisa teve abordagem qualitativa a fim de compreender a dinâmica da realidade e das relações sociais repletas de subjetividade. Através de um caráter

exploratório e descritivo possui intuito de suscitar maior conhecimento sobre a interrelação do Serviço Social e as manifestações artístico-culturais por meio da análise dos dados coletados.

O objetivo dos investigadores qualitativos é o melhor compreender o comportamento e experiências humanas. Tentam compreender o processo mediante o qual as pessoas constroem significados e descrever em que consistem estes mesmos significados. (BORGAN; BIKLEN, 1994, p.70)

Para tanto foi utilizado o grupo focal como principal método de coleta de dados. Segundo Kitzinger (2000),

o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes selecionados. Ele busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços. (*apud* TRAD, 2009, p.780)

Foram utilizados dois roteiros para a realização dos grupos e a participação dos integrantes se deu mediante à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os grupos foram gravados e, posteriormente, as falas dos participantes foram transcritas para análise.

Desse modo, objetivou-se conhecer como se dá o contato da população usuária dos serviços de uma instituição de atendimento socioeducativo com as manifestações artístico-culturais e, ainda, a interface entre o Serviço Social e as atividades ofertadas por ela.

O universo da pesquisa foi constituído por trabalhadores da política de Assistência Social que tivessem uma prática profissional com aproximação ao viés artístico-cultural. A amostra da pesquisa foi definida por acessibilidade à entidade que possuía profissionais com essa aproximação para representação de tal universo.

3.2 Perfil dos participantes

Os participantes foram selecionados por conveniência de acordo com a disponibilidade da equipe completa de uma das 7 unidades da entidade e da equipe técnica. Foram realizados dois grupos focais, um com cada equipe, sendo seus participantes identificados pela letra "P" e um número escolhido a fim de garantir o anonimato dos mesmos.

QUADRO DOS PARTICIPANTES				
NOME	IDADE	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO NA INSTITUIÇÃO
P1	30 anos	Ensino Superior Completo em Serviço Social	Técnica Assistente Social	1 ano
P2	30 anos	Ensino Superior Completo em Psicologia	Técnica Psicóloga	1 ano e 6 meses
P3	38 anos	Ensino Superior Completo em Serviço Social	Coordenadora Geral	13 anos
P4	35 anos	Ensino Superior Completo em Serviço Social	Coordenadora da unidade	7 anos
P5	48 anos	Ensino Superior Completo em Artes Cênicas	Orientadora de Teatro	7 anos
P6	29 anos	Ensino Superior Incompleto em Pedagogia	Orientadora de Artes	6 anos
P7	22 anos	Ensino Superior Incompleto em Educação Física	Orientadora de Esportes	2 anos e 5 meses
P8	26 anos	Ensino Superior Completo em Música Licenciatura	Orientador de Música	7 anos
P9	31 anos	Ensino Superior Completo em Educação Física	Orientador de Esportes	9 meses
P10	26 anos	Ensino Superior Completo em Música Licenciatura	Orientadora de Música	1 ano e 7 meses
Fonte: Camila Emanuele Toniolo – Aluna entrevistadora				

Tal instituição será identificada pela sigla IAS (Instituição de Atendimento Socioeducativo), a fim de garantir sigilo. Ela está inserida na política de Assistência Social que, segundo a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), é direito do cidadão e dever do Estado, e provê os mínimos sociais para garantir o atendimento às necessidades básicas e tendo dentre os seus objetivos, a proteção social (que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos) e a defesa de direitos (que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistencial) (BRASIL,1993b).

A IAS executa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), é um:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Este serviço é desenvolvido pela IAS junto à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do município em que se localiza e atende crianças e adolescentes de 06 a 14 anos em situação de vulnerabilidade social desde 2006. A instituição disponibiliza espaço para o convívio grupal, comunitário e social e possui atividades que ampliam universo informacional, artístico e cultural de crianças e adolescentes em consonância com os objetivos do SCFV.

3.3 Análise dos Grupos Focais

A organização e o estudo dos dados selecionados se deram através de cinco categorias de análise: 1) Mediação; 2) Potencialidade; 3) Transformação; 4) Cidadania e 5) Acesso e relevância. Nelas foram exploradas as partes mais significativas das falas dos participantes.

3.3.1 Mediação

Nessa categoria, a mediação, buscou-se apontar a possibilidade de intervenção através das manifestações artístico-culturais como instrumento potencializador da prática profissional considerando a aproximação do caráter socioeducativo de ambos.

A instituição realiza atividades artísticas (pedagógica e grafite), atividades esportivas (esporte, ginástica geral e capoeira) e atividades culturais (Hip hop, dança, capoeira, música e teatro) e como abordado no item 2.2, a arte e a cultura podem ser utilizadas como meio para atingir determinados objetivos ou interesses.

Essa intenção aparece nas falas das participantes:

Essas atividades, elas são uma estratégia para o alcance do objetivo principal que é trabalhar o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Então tudo que existe tanto da ordem cultural, artística, esportiva, pedagógica, é só uma estratégia para o alcance do objetivo principal (P3).

É possível identificar que os objetivos das atividades vão de encontro com os objetivos do SCFV para crianças e adolescentes, não com um fim em si mesmas, mas como instrumento de mediação para atingi-los.

Então cada oficina aqui dentro do IAS é um meio pra gente alcançar nosso objetivo, né? Não que a gente queira formar crianças em profissionais de teatro, esporte, música, de pedagogia, mas a gente, através dessas atividades é um meio pra gente acabar alcançando o nosso objetivo (P4).

Conforme a fala da participante P10, na ordem prática são estimuladas relações de solidariedade e respeito mútuo:

Nessa questão de fortalecimento de vínculo, de olhar o próximo, de olhar o outro. Muitas vezes eu cheguei, a atividade era da flauta doce, mas eu sempre dava um tempo para eles. Eu fazia dupla. Pegava aquele que tava mais envolvido e aquele que tava mais acanhado, um pouco mais para trás, e dava coisa de 10 minutos para eles se virar. E falava: “Viu daqui 10 minutos vocês vão passar a lição”. E tinha um livrinho. E você via aquela questão do que sabe um pouco mais querer ajudar aquele outro. (...)E daí tem essa questão também desse fortalecimento que é aproximar um do outro, né? Usar uma música, né? Que seria, no meu caso, usar a música para trabalhar esses elementos que daí é o que o serviço fornece para criança em si e para o adolescente (P10).

O trabalho feito através dessas atividades visa o desenvolvimento da interação, da aprendizagem, da sociabilidade e da proteção social.

A gente vê o quanto é transformador, né? Isso para a vida das crianças, né? Esse, de repente uma coisa simples que a P5 faça durante atividade do teatro, uma coisa assim que não requer

muito recurso, alcança aquele objetivo que é da criança se socializar, da criança se envolver. Então tudo que é desenvolvido dentro do serviço é para que a criança possa ter um bom convívio lá fora, né? Ter uma outra perspectiva de vida, busque novos horizontes, seja protagonista da sua vida, né? Então é um conjunto de coisas que agrega esse crescimento deles (P4).

Além disso, aparecem nas falas dos participantes P4 e P8 a interrelação e complementariedade entre CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e o SCFV:

E tem o CRAS também que é o centro de referência que é a porta de entrada pro nosso serviço. Então nenhuma criança é inserida no IAS sem ter passado pelo CRAS ou pelo CREAS, né? (P4)

Acho que uma coisa totalmente complementa a outra, né? Se não fosse essa parte, essa questão do social, do Serviço Social provavelmente o IAS não existiria. (P8)

Isto demonstra que dentro da própria Política de Assistência Social essas práticas são incentivadas, sendo explicitado em um dos objetivos do SCFV:

Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades (BRASIL, 2017b, p.11)

Ao abordar a questão da relação entre o Serviço Social e as manifestações artístico-culturais, é possível notar a possibilidade de mediação da prática.

Como a P3 falou do exemplo do socioeducando, ele chegou no serviço numa violação de direito e ele não tinha interesse pelo serviço, por toda questão que ele já passou anteriormente. O acesso à cultura foi o único meio de conseguir vincular essa criança com a gente. Então a gente usa ele como estratégia pra poder aproximar essa criança e garantir que ela não esteja num trabalho infantil, garantir a proteção dela pelo menos dentro do espaço do IAS durante aquele período que a gente tá ali. Então a gente usa como estratégia para atingir o nosso objetivo. (P1)

Essa participante (P1), como Assistente Social vê a possibilidade de trabalhar, por exemplo, com desenho para dialogar com a criança pelo fato dela conseguir se expressar melhor. Considera também interessante a utilização da música, porém faz uma ressalva:

mas entendo que a cultura ali seria um espaço interessante se ela fosse pra alguma ordem especifica, os encaminhamentos com certeza aconteceriam. (P1)

Cabe ressaltar que não se pretende nesta pesquisa sugerir que os profissionais de Serviço Social sejam artistas, mas sim levar a uma reflexão sobre a possibilidade de utilizar essas expressões para mediar sua prática.

Eu acho que a gente pode, mas eu acho que a gente não usa dessa estratégia o quanto deveria usar (...). Eu acho que sim, eu acho que tem tudo a ver, mas o quanto que as vezes até a própria a formação nossa não forma pra poder fazer uma abordagem dessa maneira. (P3)

Apesar dessa temática não ser muito abordada na formação profissional, a garantia de acesso e a defesa intransigente dos direitos, dentre eles os culturais, é parte dos princípios da categoria profissional.

3.3.2 Potencialidade

Trazendo à memória as dimensões da arte e da cultura em relação a individualidade e a sociabilidade juntamente a pratica pedagógica emancipatória do Serviço Social levantadas nos capítulos anteriores, destacam-se as potencialidades de ambos no incentivo ao desenvolvimento, criatividade, criticidade, autonomia, liberdade e convívio.

Dentre os potenciais das expressões artístico-culturais está o desenvolvimento humano com destaque à dimensão antropomorfizadora da arte e que revela também seu processo criativo. Esses aspectos sobressaem nas seguintes falas:

Na parte de pedagogia, é, na minha visão, a arte é um conhecimento, né? Tudo tá envolvido a arte. Então nos meus encaminhamentos eu procuro buscar atividades que eles vão desenvolver. Vai desenvolver habilidade dele, a criação e também acho que com a evolução, através de um desenho, através de uma pintura. (P6)

Às vezes a gente faz bastante brincadeira voltado para musicalização, mas essa questão da vivência, trabalhar a parte cognitiva da criança, o canto, o desenvolvimento, o trabalho em grupo em si, né? (P10)

A gente trabalha bastante essa questão da musicalização, com brincadeiras que possam inserir nesse universo musical, né? Vendo aquilo que eles têm de demanda, aquilo que eles escutam, aquilo que eles costumam ouvir. A gente tem esse olhar para perceber isso, mas também para tentar trazer alguma coisa, alguma novidade nesse sentido. Alguma coisa que possa agregar a cultura deles, possa agregar esse desenvolvimento cognitivo, essa questão do pensamento, pensamento crítico também. (P8)

Somado aos elementos criadores e de desenvolvimento, é possível notar na última fala o estímulo a reflexão crítica rompendo com a alienação e superando a dicotomia entre produto e homem abordada no item 2.2. Esta possibilidade de novos olhares sobre a realidade vivida, pode ser observada a seguir:

Nós temos, assim, uma característica das crianças. Vou falar de um modo geral que são crianças bem críticas. Assim, tem um senso crítico muito interessante, né? E que às vezes acaba trazendo nos argumentos o quanto foi bacana de repente trabalhar aquele eixo. Sempre tem alguma fala, você percebe que é muito nítido. Você vê, assim, muitas das crianças argumentos que você fala: “Nossa foi trabalhado”. De repente aquela temática que foi que deu consequência dessa maneira da criança ver, vamos dizer assim, o mundo na convivência que ela tem. Já aconteceu argumentos de crianças que estão na escola de repente a trabalhar com uma temática na escola, mas daí a gente trabalha também no IAS de um outro viés, de outra maneira e a criança consegue ter uma percepção ampla do assunto. Então é bem visível ver nas crianças as consequências desses trabalhos. (P2)

Os serviços que trabalham com essa faixa etária têm como especificidade o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia a partir dos interesses, das demandas e das potencialidades desse público. (BRASIL, 2017b, p.16)

A gente também trabalhou já esse eixo, aliás a gente sempre retoma, esse eixo por exemplo do protagonismo. (...) A gente tenta prepará-los mesmo pra esses espaços de participação. (P2)

Na fala da participante P7 pode-se perceber o encorajamento à participação, além do incentivo a relações democráticas:

Eu pergunto também para eles “o que vocês querem fazer no mês que vem?”, “o quê que vocês acham legal?”, “olha eu estou pensando em passar essa atividade, vocês tão comigo?”. (P7)

Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais e assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social é parte dos objetivos do SCFV, já que possibilita troca de experiências e favorece relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo (BRASIL, 2017b).

É, no meu caso, na minha parte de teatro, eu prefiro que não precise dividir por idade. Eu gosto de trabalhar com adolescente e com os pequenininhos juntos, porque eu acho que os dois têm um desenvolvimento bacana juntos, tá? (P5)

As crianças são divididas por grupos, e são grupo mistos. E dividido entre crianças e adolescente, não especificamente idades próximas como o modelo escolar. E às vezes também as crianças são misturadas junto com os adolescentes. Nisso a gente entende a importância dessa faixa etária se trabalhar e se respeitar. (P3)

O que a gente tem, que às vezes que eu acho que é interessante trazer aí, são as reuniões que a gente faz intergeracionais. A gente tem pelo menos uma vez a cada dois, três meses. A gente tem esse encontro com as famílias. Então convida as famílias também pra participar do serviço de convivência, conhecer aquele espaço. E lá a gente proporciona de repente a gente

proporciona uma atividade em um espaço de troca, mas também atividades artesanais. Enfim daí cada unidade vai se organizando dentro daquilo que pensa. (P2)

Como já trabalhado no item 1.2 é por meio da relação com a natureza consigo e com os outros que o ser social pode se desenvolver:

E a arte, é isso que ela te faz. Faz você extravasar, faz você olhar para o outro, porque a partir do momento que você olha para o outro, você olha para você e você se encontra, você se identifica, sabe? E eu acho que o IAS faz isso. O IAS não, a arte. Eu acho que a arte faz isso não só com a criança, faz isso com o ser humano, né? (P5)

Identifica-se também na fala dos participantes P5 e P9 o valor humano de liberdade criadora, a objetivação da identidade através da arte juntamente com a expressão da sensibilidade subjetiva nela.

Esse olhar de ampliar. De ampliar o olhar da criança. De forma muito livre que eu trabalho com as crianças. Na questão do falar com eles, de deixar eles livres para trazer o que eles têm, né? Embora eu traga algo elencado, determinado, muitas vezes temático, mas que eles fiquem livres para desenvolver aquilo que é da cultura deles, da bagagem deles. E é isso que enriquece que desenvolve eles, tá? (P5)

A criança ter essa desenvoltura, ela se libertar de paradigmas e preconceitos, ela se liberta de várias formas. Eu falo assim, ela não fica retraída, ela consegue expor sua voz ao mundo de várias formas. E a arte usa muito isso. Tanto o teatro, a dança, a música, é uma forma dela se expor e dizer quem eu sou, o que ela tá sentindo. (P9)

A possibilidade de ampliar a leitura da realidade vivida para além do imediatismo, além de reduzir sentimentos dos sujeitos, estigmas e intolerâncias fica evidenciada nas falas do participante P9.

Então, eu falo assim, esse aprendizado também é muito bom, fora os vínculos que é criado. A criança, ela se liberta de muitas coisas, e obviamente, a partir do momento que você dá uma

base para ela se construir, ela pode saber que ela pode chegar mais longe, a partir do momento que ela se liberta do que ela aprende. (P9)

3.3.3 Transformação

Ao atuar sobre a organização e reorganização da cultura suscitando entendimento de si e do mundo, em conjunto Serviço Social e as expressões artístico-culturais, tornam o indivíduo capaz de se mobilizar para enfrentar sua condição de existência rompendo com relações sociais cristalizadas no sentido de transformação.

Assim, tanto arte quanto a cultura possuem uma função transformada que ultrapassa e modifica o existente como abordado no item 1.3 e pode ser observada na seguinte colocação:

Então meu planejamento ele é voltado a realmente para o que eles gostam, e coisas novas, sempre tentando trazer alguma coisinha nova. Pode ser uma ou duas atividades, mas que seja um conhecimento novo para eles. E eu acredito que o esporte ele muda vidas, como a arte, a cultura. (P7)

Pode-se ver exemplos de como foi possível oferecer condições de criticar a situação vivida e redimensioná-la resultando na emancipação e humanização dos sujeitos nos relatos a seguir:

Tanto é que a gente tem casos de crianças que seguiram. Tem uma menina, uma adolescente que começou com ginástica rítmica, voltado mais pra área artística, e hoje ela conseguiu uma bolsa fora. Ela tá nessa área agora de ginástica rítmica. Eu acho que a gente tem bastante referência nesse sentido. (P2)

Ela não consegue falar, seja por ser tímida, seja pelas questões sociais de vivência em casa, né? Por tudo que passa. E aí você vê essa criança se encontrar numa atividade, né? (...) E hoje é uma adolescente, assim, já tá com seus 16 anos agora, né? E assim de você ver mesmo, sabe? Porque ela se encontrou ali, ela ganhou confiança, sabe? Primeiro no começo usando as personagens como disfarce. (P5)

Verifica-se na experiência da participante P3 sobre uma criança que diante das violações em que foi exposta e se percebendo como sujeito protagonista de sua existência conseguiu transformar e humanizar suas vivências.

A gente tem um orientador, um profissional, que quando ele entra no IAS ele não se interessa por nada. E o orientador de teatro conseguiu olhar pra ele diferente e conseguiu dar atenção pra ele no sentido de tentar envolvê-lo. E a única atividade que ele participava era teatro. E era um menino que ele chega no serviço com uma situação de violação de direitos. Era um menino que estava em situação de mendicância, numa situação de trabalho infantil. E então ele precisava estar no atendimento, mas ele não se identificava com o atendimento. Mas ele se identificou com o orientador e com aquela atividade. Ficou um tempo, esse orientador saiu do serviço, por "n" situações e foi viver de outra maneira. E esse menino também saiu do IAS. E os anos passaram e hoje ele é diretor de peça de teatro super reconhecido aqui. E ano passado a gente teve a oportunidade de contratá-lo como orientador de teatro. (P3)

3.3.4 Cidadania

Considerando a cidadania com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos, nesta categoria buscou-se apresentar a aproximação da utilização das manifestações artístico-culturais com os princípios éticos do Serviço Social e as finalidades do SCFV.

A partir do que foi trabalho no item 2.2, a arte pode operacionalizar o acesso e a ampliação dos direitos do cidadão. Isto pode ser percebido a seguir:

Olha é assim: quando traz essa questão dos eixos temáticos. São eixos que a gente já tem previstos, mas que também são discutidos em equipe pra ser trabalhado durante o mês. Então as vezes a gente tem um eixo, por exemplo, de meio ambiente, cidadania, direitos e deveres. Então a gente acaba trabalhando isso durante o mês. (P2)

Existem eixos específicos, né? Um dos eixos que a gente trabalha é da cidadania, né? Então a gente trabalha bastante nessa questão durante o ano todo, né? Porque a partir do momento que você tem, como a gente já falou da questão artística, eles podem ter esse posicionamento mesmo que seja dentro de uma atividade. Ele já está ali se tornando um cidadão melhor, né? Ele já tá sabendo ser um cidadão mais crítico e tem isso durante todas as atividades e também em um eixo específico do ano a gente trabalha essa questão da cidadania também. (P8)

Na fala acima, nota-se o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social contribuindo para sua formação cidadã. Já abaixo, o trabalho sobre as potencialidades é usado para o mesmo fim.

O IAS, ele desperta a potencialidade que a criança tem. Através dessa potencialidade despertada ela tem olhar mais qualificado lá fora, né? Quando ela sai daqui do IAS, quando ela completa 15 anos, quando ela vai para escola integral, a gente vê que desperta um olhar mais qualificado torna assim um cidadão mais participante da vida pública. (P4)

Ainda pode ser observado o estímulo à participação na vida pública e política do território agregando repertório ao conhecimento de cidadania desse público.

Tem a conferência da criança do adolescente que as crianças participam. E a gente faz também essa conferência nas unidades, depois a gente se reúne também. (...) tem a passeata também, que daí é desenvolvida pela Secretaria, aí a SMADS. E as passeatas contra o abuso de criança e adolescente e do trabalho infantil. (P4)

3.3.5 Acesso e relevância

Nesta categoria é possível observar a relação entre Estado e Cultura abordada nos itens 1.3 e 1.3.1 de maneira concreta, ficando explícito que as políticas culturais são relegadas ao segundo plano.

Quanto ao acesso a direitos culturais foram levantados alguns exemplos de atividades culturais presentes no território nas falas dos participantes, sendo eles:

Tem pouco, mas tem. A escola oferta algumas atividades nesse estilo. E tem o SESI também, mas é bem pouco. (P4)

O pessoal do Sabiás, da região que tem os Sabiás, da outra unidade, eles vão no Menino Bom Jesus. Mas tem o Amor Fraternal, e lá também é ofertado teatro. Igual o P8 falou, tem a galera na região de Itapuã. Muitos, a maioria, frequenta a Casa do Hip Hop (...). Eu acho que no Jardim Oriente também as crianças participam, tem algumas casas de teatro lá (...)E aí eles vão sábado no caso e fazem capoeira também no Varejão. (P5)

Então o que a gente recebe são relatos, por exemplo, das crianças que elas verbalizam. Por exemplo, o bairro do Bosque tem uma avenida muito conhecida lá que eles se reúnem que é cultural ali, conhecida pela cidade toda. Então a unidade do Bosque fica exatamente atrás dessa avenida principal que é lá do bairro. Então a gente sabe que acontece, porém o acaba não tendo contato. Então a gente não sabe como que é. Então as crianças chegam falando que tem bailes, normalmente é baile funk que eles falam ali dentro da comunidade, mas não é uma coisa que a gente tem acesso. Porque tá no território, porém a gente não tá nesse horário que acontece essas interações que é o meio de cultura que eles têm. (P1)

Identifica-se a existência de atividades culturais no território, porém oferecidas por equipamentos públicos, instituições privadas ou do terceiro setor. Para além disso, não se identifica na fala dos entrevistados atividades desenvolvidas pelas próprias comunidades ou pessoas que vivem e compõem o território exceto pelo exemplo do baile funk.

Eles buscam sabe? Eles buscam coisas. É que eu acho que [...] por mais que a gente tenha às vezes é complicado para as crianças irem. Às vezes no sábado a mãe trabalha ainda, o pai, o responsável. Às vezes é o único dia que tem para cuidar da casa, daí não tem tempo para levar as crianças. Então, senão

eu acho que tinha um pouco mais. Porque até tem coisas para as crianças assim fora, por exemplo, né? (P5)

É complexa, porque quanto de fato tem investimento na área da cultura dentro de bairros periféricos? Então, entendendo que o público que nós atendemos é um público da assistência, especificamente um grupo que é beneficiário do programa de transferência de renda que é o Bolsa Família, não é muito acessível, né? Não tem muitas coisas nos bairros periféricos. O município [...] tem bastante ações e atividade da área cultural, mas isso está localizado na área central. E aí, para ter um deslocamento dessa família do local de origem dela até o centro da cidade, vai ter que ter uma despesa do vale transporte(...). Eu acho que existe, mas não tenho certeza. Mas me parece quando escuto as equipes que algo pouco. (P3)

Ou seja, a cultura não é pensada no cotidiano dos habitantes da cidade e assim não se garante a condição de cidadania enquanto direito à vida em sua plenitude, mas como privilégio de classe. (PESTANA,2011)

Considerando a cultura como sociabilidade e buscando desenvolver práticas democráticas que rompam com o distanciamento entre os que planejam e executam as políticas sociais com os cidadão de forma geral, apesar do estímulo à participação o que se tem é um acesso ilusório limitado ao espaço geográfico, o qual é apontado pela participante:

Entendendo também que o espaço de conferência acaba não sendo um espaço acessível pra eles. Desde fala, tempo, toda a organização não é feita pra criança e adolescente, é feita pros adultos. E aí o quanto a gente perde também, perde a atenção deles, perde o interesse, porque aí fica registrado na memória deles uma coisa que eles não entenderam nada, só levantou mão. Então, é entender também, o quanto que as conferências também não estão preparadas. (P1)

Fica explícito nas falas acima que existe a reintrodução da hierarquia na ocupação do espaço público, restrita a oferta mercadológica como um negócio e com orçamento voltado para atividades pontuais, como abordado no item 1.3.1.

A gente tem contato e tem abertura, quando se aproxima, a gente tem uma parceria. O IAS trabalha com muitas, a gente tem um viés bem artístico e cultural, o serviço. Então a gente acessa tipo teatro quando a gente busca, mas não tem assim uma parceria mais próxima. (P3)

Observa-se acima ao questionar sobre o contato com a SemacTur (Secretaria Municipal de Ação Cultural e Turismo) que existe um modo simplista e reducionista do acesso à cultura ligado apenas a atividades legitimadas como culturais, como no exemplo acima o teatro. (PESTANA,2011)

O artístico, tipo assim, ele é muito desvalorizado. Não é válido, não é necessário, não serve de nada, Só uma coisinha bonita para se ver, mas falando mais profundamente, é só isso realmente? (P9)

E eu acho isso muito enriquecedor. Eu acho que as chamadas artes, o desenvolvimento da criança, como acho que você que falou, não dão muita importância. (P5)

Nota-se, então, a subordinação das políticas sociais às políticas econômicas ao tomá-la apenas no viés exposto acima e assim a questão cultural passa a ser percebida como algo supérfluo ou suplementar.

Ela ainda não é vista como prioridade. Entendendo que, por exemplo, a Assistência. Ela tem tantas outras prioridades que acaba que esse direito a cultura ele fica no campo do esquecimento mesmo, por que não é possível diante de todas as demandas. E a escola mais ainda, porque a escola tem todo um leque ali educacional e eles acabam partindo pra um outro viés, tanto que na escola nem tem cultura, acho que só tem aula de educação artística que tem um viés bem simplório. (P1)

Em termos de direitos não, mas temáticas de cultura sim, porém não são de uma maneira que dê acesso mesmo a cultura, é passado, é genérica. (P2)

Ao questionar sobre a abordagem dos direitos culturais na rede, observa-se a não integração das políticas, podendo indicar também a fragmentação e focalização das mesmas sem uma perspectiva intersetorial.

Olha, acho que a gente não tem uma aproximação assim, com a Secretaria de Cultura. Não trabalha, é eu acho que a minha percepção, posso estar equivocada. Mas é, não escuto trazendo, acho que nem na minha fala tem também, essa questão dos direitos culturais. (P3)

Na análise das cinco categorias, criadas a partir do conteúdo das entrevistas, foram exploradas as questões mais significativas das falas dos participantes. Estas apontam para a possibilidade da instrumentalidade (enquanto capacidade de concretizar sua intencionalidade) do Serviço Social se dar através das manifestações artístico-culturais, já que foram identificadas inúmeras potencialidades que geraram transformação na realidade concreta dos usuários se aproximando, portanto, da objetivação do Projeto Ético Político profissional.

Entretanto, nota-se um distanciamento entre as próprias políticas públicas, seja entre as políticas sociais ou em relação à política econômica, e também entre essa temática e o Serviço Social o que acaba por prejudicar e até mesmo distorcer o entendimento a respeito da política cultural e do acesso aos direitos culturais provocando a sua desvalorização.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há saber verdadeiro que não seja essencialmente vinculado com um saber transformador sobre a realidade, mas não há saber transformador da realidade que não envolva uma mudança de relações entre os seres humanos.

(Ignácio Martín-Baró)

Diante do exposto, foi possível observar a ligação entre as manifestações artístico-culturais e a prática profissional do Serviço Social que diante da possibilidade de reafirmar a ordem vigente pode negá-la a favor de uma nova ordem social de acordo com seu projeto profissional. Além disso, tem a possibilidade de reafirmar os princípios do Código de Ética do/a Assistente Social (BRASIL,1993) com a possibilidade de somar com o movimento das categorias profissionais da arte e cultura que buscam atingir os mesmos objetivos.

Apesar da evidente atuação na reorganização da cultura, a formação profissional não aborda e não se apropria das potencialidades das expressões artístico-culturais e nem da própria política cultural, haja vista a dificuldade de encontrar referencial teórico relacionado com o tema nas produções do Serviço Social e a dificuldade de localizar Assistentes Sociais que utilizassem desses meios em sua atuação cotidiana.

Verificou-se a partir da análise dos grupos focais as potencialidades das expressões artístico-culturais que incidem sobre o processo de tomada de conscientização e se movem em direção à transformação da realidade imposta. Inclui-se aqui Martín-Baró (1997), pois o autor aborda que esse processo facilita o desencadeamento de mudanças e o rompimento com os esquemas fatalistas que sustentam ideologicamente a alienação das maiorias populares, impedindo a reprodução da relação de dominação-submissão, além de trazer perspectivas de construção de um projeto pessoal e nacional recuperando a memória histórica.

Constatou-se o papel secundário, reduzido, hierarquizado e subordinado dado à cultura, sendo imprescindível ressaltar a cultura como direito e a necessidade de

repensar as formas do Estado e sociedade atuar sobre ela, redirecionando-a a uma perspectiva democrática, como Chauí (1995, p.84) salienta

sobretudo, a tentativa para romper com a passividade perante a cultura - o consumo de bens culturais - e a resignação ao estabelecido, pois essa passividade e essa resignação bloqueiam a busca da democracia, alimentam a visão messiânica-mineralista da política e o poderio das oligarquias brasileiras.

Com o evidenciamento e aprofundamento das desigualdades sociais em contexto de pandemia de Covid-19, neste ano de 2020, se faz necessário, de acordo com Raichelis (2020), buscar alternativas que coloquem o compromisso com a vida e com os direitos dos indivíduos sociais em primeiro lugar através de uma ação política e pedagógica que possa debater com os indivíduos e famílias as causas da crise, das múltiplas destituições e da insuficiência de respostas do Estado e das políticas públicas às necessidades e direitos da classe trabalhadora, resgatando o sentido de pertencimento de classe e as alianças com forças coletivas de resistência.

A “arte e a cultura livres e democráticas, (...) têm o dom de nos manter vivos e são.” (Calebre,2020). Se urge a necessidade de pensar formas alternativas, criativas e humanizadoras, porque não nos apropriarmos de espaços que somam com a luta e resistência?

5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009. p. 593-608.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIESDORF, Rosane Kloh; WANDSCHEER, Marli Ferreira. Arte, Uma Necessidade Humana: Função Social e Educativa. **Itinerarius Reflectionis**, Jataí, v. 2, n. 11, n.p. 2011.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**: Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. Brasília, DF, 1993a.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Lei nº 8742. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, de 7 de dezembro de 1993b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**: texto da resolução nº109, de 11 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (org.). **Perguntas Frequentes**: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Brasília: MDS, 2017b.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social (Org.). **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos**. Brasília: MDS, 2017a.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto, 1994.

CALABRE, Lia. A arte e a cultura em tempos de pandemia. **Revista Extraprensa**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 7-21, 20 jul. 2020. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/extraprensa2020.170903>. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/extraprensa/issue/view/11558/1849>> . Acesso em: 20 out. 2020.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**: Crítica y emancipación, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p.53-76, jan. 2008.

CONCEIÇÃO, Débora Guimarães da. O Serviço Social e prática pedagógica: : a arte como instrumento de intervenção social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 2, p.50-67, jan/jun 2010. Semestral.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº273/93. Institui o **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. 13 de março de 1993.

FERREIRA, José Wesley; SANTOS, Franciele Machado. O Uso da Arte como Instrumento de Intervenção nas Manifestações Cotidianas das Expressões da Questão Social. In: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, 2., 2017, Florianópolis. **Proceedings [...]**. Florianópolis: Ufsc, 2017. p. 1 - 10.

FISCHER, Ernst. **A necessidade da arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

FUZIWARA, Aurea Satomi. **Atividades artísticas e lutas democráticas na construção da sociabilidade de resistência contemporânea**. 2014. 200 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008. 200 p.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social**. 2000. Disponível em: <<http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Yolanda%20Guerra%20instrumentalid.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, jan/jun. 1996.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011. 5 v.

MATTOS, Bianca Nogueira. **O Serviço Social Contracenando com a Arte para Desvelar a Realidade**. 2015. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2015.

NARCIZO, Elaine Cristina. **Afirmção do Projeto Ético-Político do Serviço Social: a utilização das técnicas das manifestações artístico-culturais no debate sobre os movimentos sociais**. 2014. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2014.

PEIXOTO, Maria Inês Hamann; SCHLICHTA, Consuelo Alcioni B. D.. Arte, Humanização e o Ensino da Arte. In: Seminário Nacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação, 2., 2013, Curitiba. **Proceedings [...]**. Curitiba: Puc-paraná, 2013. p. 25943 - 25959.

PESTANA, Aretha Bley. Cultura como prática de cidadania: uma perspectiva ampliada do conceito. **Serviço Social em Revisa**, Londrina, v. 2, n. 13, p.85-103, jan/jun. 2011.

PRATES, Jane Cruz. A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p.221-232, jul/dez. 2007.

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no serviço social. In: Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão**. Brasília: Cfess, 2020. p. 11-42. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA. **Institucional**. [S. /], 2019?. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/secretaria/institucional-minic/>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA. **Histórico**. [S. /], 2019?. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/historico/>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

TRAD, L. A. B. **Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde**. Physis Revista de saúde coletiva, vol. 1.19, no. 3 Rio de Janeiro, 2009.

VIANA, Dayane Gregorio. **A Relevância Do Acesso À Arte Na Infância E A Atuação Do Serviço Social Nessa Questão**. 2019. 59f. Monografia (Graduação)- Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2019.

UNESCO. **Declaração universal dos Direitos Humanos**. 1998. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423/PDF/139423por.pdf.multi>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

WILLETTE, Jeanne. **Marxismo, Arte e o Artista**. 2017. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2017/08/marxismo-arte-artista-materialismo-fetichismo/>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

ANEXOS

ANEXO A: Ficha de identificação dos participantes

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Escolaridade:

Ocupação:

Tempo de serviço na instituição:

ANEXO B: Roteiro para grupo focal com equipe técnica

ROTEIRO GRUPO FOCAL EQUIPE TÉCNICA

- 1)** Como são desenvolvidas as atividades artísticas e culturais com as crianças e adolescentes?
- 2)** Quais os objetivos das oficinas e/ou atividades artísticas e culturais nesse espaço?
- 3)** Qual o referencial ou como a instituição vê/entende a necessidade das oficinas e/ou atividades artísticas e culturais?
- 4)** Como é a interação/resposta das crianças e adolescentes frente a essas atividades? Demonstram interesse, curiosidade, alegria, se identificam?
- 5)** Vocês têm conhecimento se as crianças, adolescentes e suas famílias participam de atividades coletivas, culturais ou artísticas no território?
- 6)** Como a prática de cidadania, os direitos e a participação social são trabalhados? Qual a percepção das crianças e adolescente em relação a isso?
- 7)** Como as manifestações artístico-culturais influenciam na formação/ desenvolvimento das crianças e adolescentes? Percebem algum ganho ou mudança na perspectiva pertencimento, relacionamento, vivência, identidade dessas crianças e adolescentes?
- 8)** Como vocês percebem a atuação da rede (Educação, Assistência) em relação aos direitos culturais? Tem contato com a SemacTur (Secretaria Municipal da Ação Cultural e Turismo)?
- 9)** Na opinião de vocês, as manifestações artísticas e culturais são uma possibilidade para mediar a prática pedagógica do Serviço Social? Explique.

ANEXO C: Roteiro para grupo focal com equipe da unidade

ROTEIRO GRUPO FOCAL EQUIPE DA UNIDADE

- 1)** Como são desenvolvidas as atividades artísticas e culturais com as crianças e adolescentes?
- 2)** Quais os objetivos das oficinas e/ou atividades artísticas e culturais nesse espaço?
- 3)** Qual o referencial ou como a instituição vê/entende a necessidade das oficinas e/ou atividades artísticas e culturais?
- 4)** Como é a interação/resposta das crianças e adolescentes frente a essas atividades? Demonstram interesse, curiosidade, alegria, se identificam?
- 5)** Vocês têm conhecimento se as crianças, adolescentes e suas famílias participam de atividades coletivas, culturais ou artísticas no território?
- 6)** Como a prática de cidadania, os direitos e a participação social são trabalhados? Qual a percepção das crianças e adolescente em relação a isso?
- 7)** Como as manifestações artístico-culturais influenciam na formação/desenvolvimento das crianças e adolescentes? Percebem algum ganho ou mudança na perspectiva pertencimento, relacionamento, vivência, identidade dessas crianças e adolescentes?
- 8)** Como vocês percebem a atuação do Serviço Social (tanto da instituição quanto da rede)?

ANEXO D: Termo de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO

PARTICIPANTE: _____.

DATA DE NASCIMENTO: __/__/____ IDADE: _____.

DOCUMENTO DE IDENTIDADE TIPO: _____ N°: _____.

SEXO: M() F ()

ENDEREÇO: _____.

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____.

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____,

declaro, para devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito dessa pesquisa de campo, a qual será conduzida por Camila Emanuele Toniolo, da Faculdade de Serviço Social em nome do T.C.C. “Serviço Social, Arte e Cultura: uma nova sociabilidade” orientado pela Prof.(a) Martha Coelho de Souza, pertencente ao quadro docente da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de trabalho acadêmico observando os princípios de sigilo e descrição. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados, a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter me assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Campinas, ___ de _____ de 2020.

 Assinatura do(a) participante

 Assinatura da aluna

 Assinatura da orientadora